

Análise crítica sobre a influência empresarial na concepção do currículo dos cursos superiores: a influência do neoliberalismo nos currículos de Ensino Superior

Fabíola C. Melo*
Renato C. Juliano,
Robinson C. da Cruz
Winicius Pereira

Resumo: A busca para definir um relacionamento ideal entre IES e o mercado empresarial gera divergências entre diversas áreas do conhecimento com influências simultâneas. Este artigo tem como proposta apresentar uma análise crítica dessa influência empresarial na construção dos currículos das IES, por meio de pesquisa feita com docentes do ensino superior. A pesquisa mostrou que a comunidade acadêmica é influenciada pelo meio corporativo, embora haja uma restrição sobre a participação das corporações na construção dos currículos. Existe uma grande aceitação por parte dos docentes em receber investimentos e participações oriundas do mercado, entretanto, observou-se que não existe muita abertura para que este mercado opine sobre os conteúdos a serem desenvolvidos nos currículos.

Palavras chave: Relação entre Empresas/IES; currículo oculto; limites de influência; construção do currículo.

Abstract: The search to define an ideal relationship between IES and business market generates differences between different areas of knowledge with simultaneous influences. This article aims to present a critical analysis of this corporate influence in the construction of the curriculum of IES, through survey of university teachers. The research showed that the academic community is influenced by the corporate media, although there is a restriction on the participation of corporations in the construction of the curriculum. There is a wide acceptance by teachers to receive investments and interests arising in the market, however, it was observed that there is little opening for this market opine about the contents to be developed in the curriculum.

Keywords: Relationship between Business/IES; hidden curriculum; limits of influence; construction of the curriculum.

1 - Introdução

O campo da educação tem ganhado maior complexidade à medida que deixa de ser prerrogativa dos pedagogos para se tornar espaço de interação de profissionais de todas as áreas do saber (JORGE, 1996). É notório que o empresariado brasileiro se defina como uma dessas áreas, e está inserido na vida acadêmica das IES¹, seja por meio de programas de estágios, de patrocínios, de eventos, dentre outros projetos.

De acordo com Oliveira (2003), o empresariado nacional buscou, de diversas formas, mostrar ao governo e à sociedade como um todo, que havia a necessidade do sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar coetâneo e articulado aos interesses industriais. Por outro lado, também, houve de sua parte, o interesse em ter maior controle sobre as ações e o desenvolvimento das IES.

Ainda segundo Oliveira (2003), enquanto inúmeros empecilhos são impostos a determinadas organizações trabalhistas em relação à interferência das empresas no destino da nação, o empresariado interfere nas diversas esferas estatais em busca de otimizar mediante políticas governamentais, os caminhos que asseguram a legitimação de seus interesses, bem como a criação de um padrão ético, político e social que garanta sua hegemonia coibindo outras concepções de desenvolvimento nascidas no interior da sociedade.

Veloso, Craveiro e Rufino (2012) analisam que as escolas possuem poucas estruturas de trabalho para as atividades que desenvolvem e necessitam encontrar seu lugar além das diretrizes de cada curso. Com isso, afirmam que ela não deve estar a serviço do estado, empresas ou das famílias, mas em um ambiente próprio, intermediário, que possibilite um novo espaço público para a educação. A partir daí, inúmeros questionamentos podem ser levantados, como: *Existem realmente benefícios no relacionamento entre o mundo Empresarial e o Ensino? As IES devem permitir a interferência do empresariado em sua estrutura curricular? Até que ponto uma possível interferência dessa natureza poderá ser benéfica para os discentes?*

Cruz (2004) afirma que a forma de uma nação produzir conhecimento, é converter o conhecimento produzido em riquezas. Além disso, o desenvolvimento social depende da ação de alguns agentes institucionais geradores e aplicadores de conhecimento. Os principais agentes que compõem um sistema nacional de geração e apropriação do conhecimento são empresas, universidades e governo. No Brasil, o debate sobre pesquisa científica, historicamente, tem ficado restrito ao ambiente acadêmico.

Ao focar a atenção exclusivamente no componente acadêmico, o sistema deixa de lado aquele que é o componente capaz de transformar conhecimento em riqueza. A figura 1, segundo Cruz (2004), mostra a distribuição de C&E¹, ativos em P&D², no Brasil e em alguns países desenvolvidos.

Conforme a figura 1, o Brasil está na contramão dos países desenvolvi-

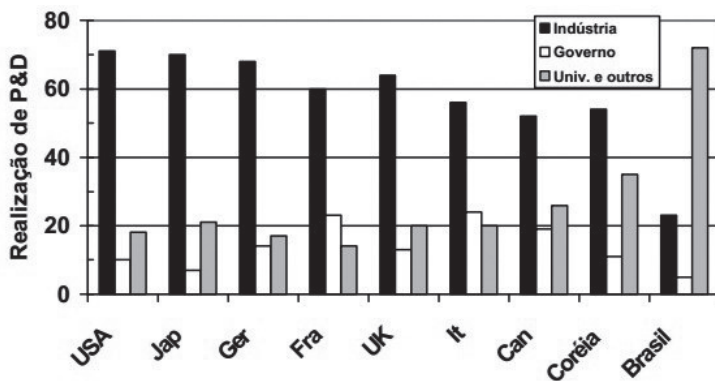
¹ Cientistas e Engenheiros

² Pesquisa e Desenvolvimento

dos em relação a distribuição de C&E efetivamente trabalhando e à P&D. Essa análise mostra, também, de forma indireta, que os investimentos feitos em P&D no Brasil estão concentrados no meio acadêmico, e, muito aquém dos países desenvolvidos em relação às indústrias e ao próprio governo.

Diante desse cenário, questiona-se, se, também, no Brasil, não seria interessante a aproximação da indústria e/ou mercado às IES, no sentido de colaborarem expondo suas necessidades específicas de mão de obra? Assim, os egressos seriam munidos de competências e habilidades necessárias para adentrarem ao mercado de trabalho e poderiam dar continuidade aos seus projetos de pesquisa dentro do próprio mercado, como fazem os outros países. Dessa forma, as empresas iriam utilizar a IES como ferramenta de produção de riqueza.

Figura 1. Distribuição dos C&E ativos em P&D em vários países e no Brasil (CRUZ, 2004).



A aproximação supracitada entre empresa e IES, dar-se-ia na elaboração do currículo de cada curso específico, pois, “o currículo, não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito básico abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.” (GRUNDY, 1987 apud SACRISTÁN, 2000, p. 14)

Atualmente, no Brasil, o currículo de cada curso ofertado na IES deve seguir sua própria DCN³. Nela, informações sobre conteúdos básicos e específicos que devem ser ministrados são detalhados. As DCN's, na maioria dos cursos, mostram, também, a importância de se trabalhar a P&D com o aluno, e que esta, seja aplicada ao mercado de trabalho. Por exemplo, em MEC (2012), o perfil de um egresso para cursos de bacharelado e licenciatura em Computação deve ser dotado de conhecimentos de questões sociais, profissionais, éticas, legais, políticas e humanísticas, além de atuar de forma empreendedora, abrangente e cooperativa no atendimento às demandas sociais da região onde atua, do Brasil e do mundo.

³ Diretriz Curricular Nacional

O Ministério da Educação e Cultura - MEC (2005) impõe aos cursos de Administração uma formação profissional, pautada em conteúdos inter-relacionados com a realidade nacional e internacional e, aplicados no âmbito das organizações. Já o egresso de Ciências Contábeis deve compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização (MEC,2004). Na maioria das DCN's, a P&D é mencionada como artifício de descobertas para desenvolvimento do mercado nacional. Sendo assim, uma das formas de unir as necessidades do mercado de trabalho com a estrutura curricular é receber, filtrar e aprimorar as opiniões de diversos contextos, não somente baseado nos critérios da academia.

Na Europa já se iniciava, nos anos 80, um processo de reformulação dos sistemas nacionais de formação profissional e de formação geral tendo como base o enfoque das competências, com o objetivo não só de adequar a formação profissional aos requisitos da nova divisão internacional do trabalho, mas de unificar os sistemas de formação profissional, tornando possível a disponibilidade e transferibilidade dos trabalhadores, que passariam a ter livre circulação no mercado de trabalho setorial, intra-setorial, nacional e internacional, nesta etapa do capitalismo desregulado, aberto e sem fronteiras. (DE-LUIZ, 2003, p. 76)

Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo não só descrever a influência empresarial na estrutura curricular seja direta ou indiretamente, mas especificamente, levantar opiniões dos docentes sobre a concepção dos currículos nas IES e analisar mediante pesquisa quantitativa, a percepção desses docentes perante a interferência das organizações.

2 - Metodologia

A metodologia para a realização deste trabalho é classificada e descrita conforme sugere Bertucci (2009) e é apresentada da seguinte forma:

- a) Quanto ao tipo: *Pesquisa Exploratória*, pois, segundo Gil (1988, p. 46), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Este artigo explora a opinião de uma população de professores, estabelece relação entre elas e as hipóteses levantadas.
- b) Quanto à técnica: *Pesquisa documental e levantamento*. Conforme Bertucci (2009), a pesquisa documental, consiste na realização do trabalho tendo como referência a leitura, a análise e a interpretação de documentos existentes acerca de um determinado fenômeno. O levantamento é caracterizado pela

(...) interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas, acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 1988, p. 56).

Pesquisas em bibliográficas, em *sites*⁴ e outros materiais, foram necessários para a busca de informações a respeito do cenário atual da educação brasileira, trabalhos correlatos, legislação, dentre outros assuntos. O levantamento foi utilizado com objetivo de levantar a opinião dos docentes para posterior análise quantitativa dos resultados.

- c) Quanto à unidade de análise: *Nível do Indivíduo*. Este nível busca identificar e analisar as questões na perspectiva dos indivíduos que vivenciam determinadas situações ou experiências (BERTUCCI, 2009). O público alvo do levantamento realizado foram professores universitários, sem distinção de seu local de trabalho, ou seja, IES privada ou pública. São os professores universitários, os responsáveis pela criação, adaptação, revisão e ou mudanças nos currículos das IES.
- d) Quanto aos instrumentos de coleta de dados: *Questionário*. Foi elaborado um questionário com 8 (oito) perguntas direcionadas ao foco do trabalho e enviado a 100 (cem) professores. Como a adesão à pesquisa foi voluntária, 67.00% responderam ao questionário. Todo o trabalho foi baseado nesta amostra de dados.
- e) Quanto aos critérios utilizados para análise dos dados: *Pesquisa Quantitativa*. Este método é caracterizado pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1989). Nesse trabalho, foram utilizadas técnicas de estatística para mensurar e calcular o percentual de respondentes.
- f) Quanto às etapas desenvolvidas:
 - Pesquisa bibliográfica acerca de currículos e a atuação das empresas no ambiente educacional;
 - Identificação e definição da hipótese do trabalho;
 - Formulação do instrumento de pesquisa quantitativa;
 - Aplicação do formulário de pesquisa;
 - Análise dos resultados da pesquisa e comparação com a hipótese.

2.1. Hipóteses

Existem duas hipóteses que fundamentam este trabalho:

H1: As empresas devem participar ativamente da construção de currículos;

⁴ los;

⁴ Páginas de internet

H2: A escolha das ferramentas necessárias para as atividades práticas deve ser baseada em tendências utilizadas no mercado de trabalho regional.

Com base nestas hipóteses, foi construído um conjunto de perguntas, com o objetivo de validá-las, o questionário. Os resultados foram tabulados e sua análise é feita na seção 4.

3 - Estrutura Curricular

As políticas educacionais, até recentemente, estabeleciam ampla autonomia do Governo, ainda que fosse, resultado das relações complexas com as classes dominantes e sujeita as demandas das classes dominadas (AFONSO, 2001)

No entanto, ainda que existam indicadores que apontem para diminuição dessa autonomia, atualmente, é necessário fazer referência ao Estado no contexto das políticas públicas, sociais e educacionais e, além disso, há de se levar em conta o processo de globalização (CRUZ, 2004).

Esta seção tem como objetivo mostrar que as estruturas curriculares da educação no Brasil, continuam a mercê do Governo, pois são as DCN 's que ditam os conteúdos a serem ensinados. Contudo, há fortes indícios de que sofrem influências no direcionamento do ensino pelo mercado de trabalho, seja direta ou indiretamente.

3.1. A influência do meio na legislação educacional brasileira

Desde a publicação da Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Nacional, uma série de medidas normatizadoras são tomadas a nível Federal para controlar e direcionar o sistema educacional brasileiro. Tais medidas definem uma política educacional com interesses específicos, mas que, embora referenciem umas às outras, são apresentadas isoladamente, como se buscassem resolver problemas pontuais e urgentes. Essas medidas são expressas nas DCN 's específicas, no caso dos cursos superiores e para a educação básica, os parâmetros fundamentais (MACEDO, 2000). Contudo, existem estudos que apontam para uma influência na concepção do currículo a ser trabalhado dentro das escolas, mesmo com a existência da legislação, citada anteriormente.

Ao apreciar o trabalho proposto por Veloso, Craveiro e Rufino (2012), nota-se a definição de uma proposta para analisar a influência da sociedade na gestão escolar. Uma das conclusões, segundo os autores, é que não só existem tais influências, como elas trazem benefícios significativos ao meio acadêmico.

Outro estudo interessante foi promovido por Evangelista e Shiroma (2006) que explicita, de forma clara, a existência de procedimentos na educação e na empresa, cujos objetivos são garantir o vínculo empregatício e fomentar a identificação do empregado com a empresa.

Dentro deste contexto, o indivíduo é induzido a se diferenciar, a mostrar suas competências e habilidades e se colocar nas relações mercantis de compra e venda da força de trabalho com uma mercadoria que vale a pena ser negociada e valorizada. Diante disso, este seria um caminho que permitiria a interferência empresarial nas IES? A educação sistemática pode garantir melhor empregabilidade? (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006)

Essa discussão não é recente. Conforme Evangelista e Shiroma (2006), a comissão Econômica para América Latina propôs, no início da década de 1990, a articulação entre transformação produtiva, equidade e conhecimento, eixos das reformas consideradas urgentes para a região.

As justificativas procuravam disseminar a ideia de que somente as nações que se adequassem aos moldes propostos por grandes agências internacionais estariam em condições de competir no mercado globalizado. Além disso, o estudo mostra a importância de utilizar a educação como meio de empregabilidade e para o “alívio da Pobreza”. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006).

Segundo Oliveira (2003, p. 252), no final da década de 1980, precisamente em maio de 1988, a CNI⁵, por meio de seu Grupo de Avaliação de Competitividade da Indústria Brasileira, lançou o documento “Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil”.

Ainda conforme Oliveira (2003, p. 252), pressupondo que o modelo de substituição de importações mostrava-se esgotado e que o setor industrial brasileiro apresentava uma grande complexidade, a CNI buscou, com esse documento, estimular uma nova institucionalidade nacional de forma a permitir que a economia nacional alcançasse novos patamares de competitividade. Outros documentos foram formulados e à medida que o governo brasileiro foi se aproximando da ideologia neoliberal, o empresariado nacional foi, aos poucos, assumindo uma posição mais clara em favor das reformas institucionais que assegurassem o domínio da regulação do mercado e da privatização dos serviços, tradicionalmente, mantido pelo estado. A interferência foi notória e a CNI descreveu em um documento que:

O sistema de ensino está afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas. Em um ambiente marcado pela introdução das novas técnicas de produção, este distanciamento poderá se agravar, na medida em que a demanda por trabalhadores mais qualificados, aptos para funções complexas, deverá aumentar. (CNI, 1988 apud OLIVEIRA, 2003, p. 6)

4 - Resultados e Discussão

Para auxiliar na pesquisa deste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa para analisar a influência e o relacionamento entre a estrutura da instituição e professor com o empresariado brasileiro.

⁵ Confederação Nacional das Indústrias: Órgão que representa a indústria brasileira.

Vários professores de diversas áreas responderam ao questionário criado, contendo 8 (oito) perguntas de múltipla escolha. O objetivo das perguntas não é julgar o resultado e sim propor uma problemática sobre o estudo deste trabalho.

O resultado dos 67 (sessenta e sete) professores que responderam ao questionário será analisado e comentado a seguir.

Tabela 1. Questão 01: Ao elaborar o plano de ensino, você considera o que as empresas esperam do aluno e isto influencia na estrutura do seu plano de ensino e aula?

Opções de Resposta	Respostas
Sim	81.82%
Não	18.18%

O objetivo desta questão foi o de analisar a importância que é dada pelos professores às necessidades do mercado de trabalho e se esta importância é transferida para a construção dos planos de ensino e, conseqüentemente, para o plano de aula.

A grande maioria dos professores leva em consideração as necessidades deste mercado, já que um dos objetivos das IES é fornecer mão de obra especializada para o crescimento socioeconômico do país. Este resultado vai de encontro à nossa hipótese *H2*.

Tabela 2. Questão 02: Você acha importante a participação das empresas nas atividades acadêmicas (Eventos, Cursos, etc) dos alunos?

Opções de Resposta	Respostas
Sim	100.00%
Não	0.00%

A questão 2 teve como objetivo analisar se os professores consideram válida a participação das empresas no âmbito educacional.

Embora seja uma pergunta direcionada, esta pergunta cria um contraponto com a questão 1. Todos os participantes afirmaram que é importante a participação das empresas em atividades do curso, mas, aproximadamente, 18% não consideram as tendências do mercado ao produzir planos de aula e escolher metodologias e tecnologias.

Tabela 3. Questão 03: Ao escolher um software que será utilizado nas aulas, você leva em consideração:

ID	Alternativas	I	II
1	Utilizo softwares que estão instalados nos Laboratórios independente da utilização pelas empresas da região.	6.58%	8.62%
2	Se o software é utilizado pelas empresas da região.	11.84%	15.52%
3	Utilizo softwares que tenho mais aptidão e facilidade em ensinar.	22.37%	29.31%
4	Não utilizo softwares nas aulas.	23.69%	–
5	Utilizo o software como meio de aprendizado e não como fim.	35.53%	46.56%

O objetivo desta questão é quantificar, percentualmente, os critérios utilizados pelos professores na escolha da tecnologia (neste caso o *software*) que será empregada em sala de aula. A coluna I ilustra as respostas dos professores e a coluna II ilustra a resposta dos professores desconsiderando quem não utiliza software como recurso didático.

A alternativa 1 obteve 6.58% do total das respostas. Embora seja um valor relativamente baixo, isto mostra que as instituições podem definir ferramentas padrões em seus currículos, visando a uma maior proximidade com o mercado de trabalho ou com a academia.

A alternativa 2 obteve 11.84% das respostas dos professores. Essa informação mostra que, apesar de pequeno, existe uma preocupação com o mercado de trabalho e um alinhamento entre instituições de ensino e empresas, apesar de informal.

A alternativa 3 obteve 22.37% das respostas dos professores. Vale ressaltar que esta questão não tem em seu corpo questões relacionadas à opinião do professor acerca de uma determinada ferramenta. Ao contrário, esta questão busca mostrar que pode existir um acomodamento por parte dos professores ao escolher a ferramenta que será utilizada como recurso didático. Isto pode causar diversos problemas. O mais preocupante deles é a defasagem perante ao mercado de trabalho.

A alternativa 4 obteve 23.69% do resultado total da pesquisa. Esta questão, na coluna II, é desconsiderada.

E, por fim, a alternativa 5 obteve 35.53%, a maior parte das respostas. O conceito de desacoplamento das ferramentas é válido, uma vez que a competência e habilidade do discente perante o conteúdo ficam independentes de ferramentas ou instituições. Entretanto, é necessário escolher uma ferramenta como base, para que a disciplina e seu conteúdo sejam ministrados.

Tabela 4. Questão 04: Você relaciona o conteúdo aplicado durante as aulas com a realidade utilizada nas empresas?

Opções de Resposta	Respostas
Sim	100.00%
Não	0.00%

O objetivo desta questão é analisar se os professores relacionam o conteúdo das suas aulas com a estrutura aplicada em empresas da região.

Esta pergunta cria um contraponto com as questões 1 e 3, pois 18.00% responderam que não levam em consideração o que as empresas esperam do aluno para desenvolver o seu plano de ensino, entretanto, todos responderam que relacionam o conteúdo aplicado em relação às empresas.

Seria mais aplicável se no planejamento do plano de ensino a análise da estrutura curricular em relação ao mundo empresarial fosse um requisito indispensável. O resultado indica que parte dos professores não planeja as aulas em relação ao mercado empresarial, entretanto, durante suas aulas ele considera importante este relacionamento. Esta questão fortalece a hipótese *H2*, uma vez que as necessidades das empresas, no geral, são levadas para o ambiente educacional.

Tabela 5. Questão 05: Você acha que seria importante se as Empresas pudessem opinar diretamente na estrutura curricular das Instituições de Ensino da região onde ela atua?

Opções de Resposta	Respostas
Sim	63.64%
Não	36.36%

O objetivo desta questão é analisar se os professores consideram importante que as empresas tenham uma participação direta na estrutura curricular das IES.

O resultado indica que 64.00% dos professores consideram que existe a necessidade da empresa opinar diretamente no currículo das IES. Este resultado vai de encontro à hipótese *H1*. Entretanto, uma interferência direta do mercado empresarial na estrutura curricular levaria às IES a serem moldadas de acordo com a necessidade empresarial, esquecendo outros fatores importantes na educação. Este direcionamento seria um contraponto em relação à busca da educação não tecnicista, focando apenas na formação de pessoas para suprir a falta de mão de obra qualificada e na produção de riquezas nas empresas.

O importante seria a IES se adaptar ao mercado de trabalho, pois seria uma visão educacional em relação ao mercado empresarial, não deixando de lado a formação humanística do profissional.

Tabela 6. Questão 06: Como você analisa a relação do curso com as empresas da região (Caso seja professor de vários cursos, escolha aquele que você mais atua)?

Opções de Resposta	Respostas
Existe um ótimo relacionamento.	7.46%
Existe pouco relacionamento, precisa melhorar.	41.79%
Existe pouco relacionamento, porém, não precisa melhorar.	2.99%
Existe um bom relacionamento.	37.31%
Desconheço essa informação.	10.45%

O objetivo desta questão é analisar o relacionamento entre as empresas e os cursos onde os professores atuam.

O resultado indica que 41.79% dos professores consideram que existe pouco relacionamento entre o curso e as empresas, entretanto, consideram que existe a necessidade de melhorar este relacionamento. Um índice importante é que 10.45% dos professores desconhecem essa informação. Se os itens positivos da questão forem somados, 44,77% dos respondentes consideram satisfatória a relação entre cursos e empresas. Este valor, obviamente, necessita de planos voltados para a melhoria desta comunicação. Entretanto, por não ser foco do presente trabalho, sugestões e possíveis melhorias não serão citadas e/ou analisadas.

Tabela 7. Questão 07: Você acha importante os investimentos das empresas nas Instituições de Ensino, mesmo que o objetivo seja resolver seu problema de falta de mão de obra qualificada?

Opções de Resposta	Respostas
Sim	95.43%
Não	4.55%

O objetivo desta questão foi mostrar que a utilização de parcerias entre instituições educacionais e empresas pode ser aceita sem resistência pela maioria dos professores. Além disso, é possível mostrar, também, que existe uma grande receptividade nos investimentos feitos por empresas, embora não haja uma grande aceitação por parte dos professores na interferência da construção de estruturas curriculares (conforme questão5).

Tabela 8. Questão 08: Para melhorar o relacionamento das empresas com as Instituições de Ensino você concorda que:

Opções de Resposta	Respostas
Seria importante criar uma organização em que todas as empresas da região teriam influência na estrutura curricular da Instituição de Ensino.	40.30%
As empresas não podem participar diretamente da estrutura curricular das Instituições de Ensino.	25.37%
Nenhuma das Alternativas.	34.33%

Esta questão mostra que a ideia de aprimorar a relação entre instituições de ensino e empresas deve ser discutida e trabalhada. O item disponível (alternativa 1) foi satisfatório para 40.30%. Outro item interessante é que a alternativa 3 mostra que existem outras formas de melhorar tal atividade, em que 34.33% dos respondentes afirmam que a alternativa 1 não atende as expectativas.

Ameaças à viabilidade do estudo

O presente trabalho é baseado em uma pesquisa quantitativa, além de uma revisão bibliográfica. Algumas questões são de cunho pessoal, dificultando sua reprodutividade. Outro fator de destaque é a quantidade de respostas obtidas. Para que o trabalho se torne mais abrangente, é necessário que mais respostas sejam obtidas.

Não foi feita separação entre cursos da computação. Alguns cursos como Ciência da Computação possui uma relação maior com a área acadêmica. Por outro lado, Sistemas de Informação e Cursos Tecnológicos tendem a ser mais voltados para a alocação de mão de obra especializada no mercado de trabalho. Portanto, a influência que o mercado e o governo podem exercer na construção de currículos de instituições de ensino superior privadas ou públicas, pode ser diferente. Esta hipótese precisa ser levada em consideração em trabalhos futuros, visando ao aprimoramento do resultado deste trabalho.

5 - Conclusões e trabalhos futuros

Com base nas informações obtidas por meio da pesquisa realizada, foi possível identificar algumas questões que merecem ser ressaltadas. A ligação entre investimentos, Tabela 5, participação, Tabela 2 e a influência de empresas na construção de estruturas curriculares, Tabela 7, mostram que existe uma aceitação dos professores em investimentos realizados por empresas nas IES e de participação

em atividades extracurriculares, entretanto, a opinião destas empresas na criação de estruturas curriculares não é unanimidade entre os docentes.

Existe, também, um consenso de que é necessário melhorar a relação entre empresas e IES. A maneira como isso pode ser feito, conforme descrito a seguir, será tratado em estudos futuros.

E, por fim, uma considerável parte dos respondentes afirmou que escolhem a tecnologia que será ministrada em sala de aula com base em questões que envolvem, exclusivamente, benefício do docente, conforme Tabela 3. A escolha de uma tecnologia deve ser feita levando em consideração outros critérios, tais como a utilização da ferramenta no meio corporativo, nível de atividade das comunidades ou fatores econômicos.

Como trabalhos futuros, sugerem-se a ampliação da quantidade de respondentes, aumentando a abrangência do presente trabalho. Além disso, um outro ponto interessante é a distinção entre as respostas em diferentes contextos da academia. Esta informação pode ser útil para segmentar as opiniões de professores que atuam em instituições federais ou particulares e mostrar se as opiniões sobre a influência do mercado de trabalho na construção de currículos divergem.

Outro ponto importante é criar um novo estudo discutindo diferentes formas de aproximar a relação entre IES e o mercado de trabalho, não somente na parte de investimentos, mas também na construção de estruturas curriculares, utilização de ferramentas e tecnologias empregadas.

Referências

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, scielo, v. 22, n. 75, p. 15–32, 08 2001. ISSN 0101-7330.

BERTUCCI, J. L. de O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2009.

CNI. **Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1988.

CRUZ, C. H. de B. **A universidade, a empresa e a pesquisa**. 2004. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/univ-empr-pesq-rev102003b.pdf>>.

DELUIZ, N. Modelo de competencias profesional esse nel mundo del trabajo y em La educación: implicaciones para el currículo. **Revista de Servicio Civil**, v. 15, p. 71–92, 2003. Acesso em: 06 mai.2014.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 20, p. 45–54, 06 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

GRUNDY, S. **Curriculum: produtor praxis**. Madrid: The Falmer, 1987.

JORGE, L. **Inovação curricular**: além a da mudança dos conteúdos. 3. ed. [S.l.]: Unimep, 1996.

MACEDO, E. Formação de professores e diretrizes curriculares nacionais: para onde caminha a educação. **Currículo, Cultura e Cidadania**, v. 1, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/29/31>

MEC. **Resolução CNE/CES n° 10, de 16 de dezembro de 2004**: Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2004. Acesso em: 06 mai.2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991&Itemid=866.

MEC. **Resolução CNE/CES n° 4, de 13 de julho de 2005**: Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005. Acesso em: 06 mai.2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991&Itemid=866.

MEC. **Parecer CNE/CES n° 136/2012, aprovado em 8 de março de 2012**: Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em computação. Brasília, 2012. Acesso em: 06 mai.2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991&Itemid=866.

OLIVEIRA, R. de. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, scielo, p. 47 – 60, 04 2003. ISSN 1413-2478.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VELOSO, L.; CRAVEIRO, D.; RUFINO, I. Participação da comunidade educativa na gestão escolar. **Educação e Pesquisa**, scielo, v. 38, p. 815 – 832, 12 2012. ISSN 1517-9702.

* **Fabíola C. Melo**:

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7562140821449924>

* **Renato C. Juliano**:

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7432654161437034>

* **Robinson C. da Cruz**:

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7799575672355230>

* **Winicius Pereira**:

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0224453420128706>